

Via de mão dupla

EDUARDO SCIARRA

ECONOMIA - Brasil

Deputado Federal do PFL pelo Paraná

TRIBUNA DO BRASIL

28 DEZ 2005

Aretração da economia brasileira, acusada na mais recente pesquisa do IBGE, deve ser interpretada como um sinal de alerta pelas autoridades que cuidam da política econômica do País. De acordo com o estudo, o Produto Interno Bruto (PIB) caiu 1,2% no terceiro trimestre deste ano na comparação com os três meses anteriores.

Um dos motivos para a queda foi o desempenho negativo do PIB agropecuário, que ficou 3,4% abaixo do verificado em abril, maio e junho. Em 2003, o agronegócio registrou crescimento de 6,54%, elevando o PIB. Os números do IBGE evidenciam a estreita relação: quando o agronegócio vai bem, o PIB também vai bem. Um é reflexo do outro. Razão pela qual o agronegócio precisa ser tratado como prioridade, se o País quiser uma economia forte.

O agronegócio representa hoje um terço do PIB nacional e 40% dos empregos gerados no Brasil. As estimativas são mais reveladoras quando analisamos as exportações e as importações. O saldo positivo da balança comercial de 2005, diferença das exportações sobre as importações, deve fechar em 43 bilhões de dólares. Esse superávit deve-se em boa parte ao agronegócio, que responde, em média, por 39% do total das exportações realizadas pelo País.

Então como explicar a escassez de investimentos do governo em infra-estrutura e logística que garantam corredores de escoamento mais eficientes e a falta de visão estratégica? É certo que o agronegócio, atualmente, não está no topo das prioridades do Palácio do Planalto, apesar de ser um dos mais competitivos do mundo, resistir a uma política desigual de subsídios implantada por países desenvolvidos e alavancar a economia.

Em meados deste ano, os agricultores levaram seus tratores a Brasília num sinal de descontentamento contra o governo. Amargando os prejuízos com a forte estiagem, redução dos preços no mercado, o aumento exagerado dos insumos, eles reivindicaram a renegociação de suas dívidas, a redefinição dos preços mínimos de alguns produtos, juros menores, e mais recursos para a safra 2005/2006. Não por má vontade do Ministério da Agricultura, o governo demorou em agir e não evitou as consequências: o produtor colheu menos e vendeu a sua safra por valores mais baixos.

A valorização do real e a queda de renda já zeram estragos que ainda podem ser sentidos hoje e terão reflexos graves no futuro. Os produtores rurais decidiram plantar menos. A estimativa da Conab para a safra 2005/2006 indica redução de 2,2 milhões de hectares na área plantada. Os agricultores vêm ainda demandando menos insumos, o que deverá afetar os índices de produtividade. Um cenário que não se coaduna com a importância do setor.

O agronegócio brasileiro sobrevive por mérito dos produtores. Tem um potencial gigantesco ainda a ser explorado, mas o poder público precisa fazer a sua parte, mostrando-se sensível às dificuldades, atento às fiscalizações sanitárias, claro na política interna, firme nas discussões internacionais e austero nos investimentos em tecnologia. A crise vivida pelos agricultores e pecuaristas mostra o quanto o poder público precisa avançar. É uma via de mão dupla. O agronegócio impulsiona a economia, eleva as exportações, garante superávits, gera empregos e renda, mas para isso precisa ser impulsionado com ações concretas, voltadas para o futuro. Só assim romperemos essa barreira.

Este artigo foi editado para se adequar ao espaço da coluna